

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

MEMORIAL

Memorial apresentado em concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na área de Antropologia Urbana.

José Guilherme Cantor Magnani

São Paulo, maio de 2012

INDICE

I - Período de formação.....	3
II - Vida profissional.....	10
III - Presente etnográfico.....	21
IV - Conclusão.....	32
V - Bibliografia.....	38

I - Período de formação

A graduação

O início de minha trajetória universitária não difere muito da trilhada por boa parte dos estudantes de Ciências Sociais em meados da década de 1960. Além das obrigações do curso, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná entre 1966 e 1968 – e a Antropologia logo marcou presença na pessoa do prof. José Loureiro Fernandes, um dos fundadores da ABA e diretor do Museu Parananense – participei no movimento estudantil, tendo sido eleito presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo da FFCL.

Em uma das muitas viagens para participar de fóruns, encontros e congressos, após reunião no convento dos dominicanos na rua Cayubi, no bairro de Perdizes, em São Paulo, dei uma passada pela rua Maria Antonia e perguntei à secretária como deveria proceder para conseguir minha transferência – estava no segundo ano – para o curso de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo, centro de referência em nossa área de estudos e também do debate e movimentação estudantil da época. Ela prometeu-me enviar, por carta, a data de um possível exame de seleção... correspondência que nunca chegou.

Mas, por uma dessas voltas da vida, bem mais tarde, consegui – como aluno de doutorado e depois como professor – fazer parte do Departamento ao qual queria me incorporar quando ainda era um estudante de graduação. Tive de me contentar, então, com assistir a todos os cursos e palestras dados por professores e intelectuais que chegavam a Curitiba – Otávio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queirós, Marialice Foracchi, entre outros.

Também contei com uma boa oportunidade de ampliação dos horizontes ao ter sido selecionado pela Associação Universitária Internacional (AUI), para uma estada de um mês nos Estados Unidos. Lá, mais especificamente na Universidade de Harvard, frequentei o curso de verão “Instituições Políticas Americanas” e “Problemas de Desenvolvimento Econômico”, ministrados pelos professores David Reisman, Everett Hagen, Albert Hirschman e Joseph Grunwald. O objetivo dessa agência era levar estudantes universitários brasileiros com destaque em suas áreas (naquela conjuntura, precisamente, os mais envolvidos na política estudantil) para terem contato com a

democracia americana... De modos que, além de assistir a boas palestras em Harvard, tivemos de conhecer as instalações da emissora “A Voz da América”, presenciar o julgamento de uma infração de trânsito na cidade de *New Bedford* (Massachusetts), assistir a um filme no *Radio City Music Hall* e conhecer outras particularidades do cotidiano norte-americano em Boston e Nova York.

Durante a graduação (no período entre 1966 e 1968), participei como pesquisador de campo no projeto “Município Modelo dos Estados do Paraná e Santa Catarina” (do Centro de Investigações Sociais, Políticas e Econômicas - CISPE) e do projeto “Pré-Diagnóstico do Setor Industrial do Estado do Paraná” (Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPR em convênio com o Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP). Em 1969, dei aulas de Antropologia Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. E, para “custear os estudos”, fui professor de Literatura Portuguesa e Brasileira no Colégio Nossa Senhora de Sion, de 1967 a 1970.

Mestrado, no Chile

Terminei o curso de Ciências Sociais em 1969 e, não obstante estar sendo processado pela Justiça Militar, com base na Lei de Segurança Nacional, juntamente com vários dirigentes de entidades estudantis no Paraná, coleí grau no começo de 1970. Julgado e condenado a um ano e meio de prisão, optei pelo exílio e o destino foi o Chile, exatamente no início do período da experiência socialista do governo Salvador Allende. Em Santiago, fui admitido na ELAS/FLACSO (*Escuela Latinoamericana de Sociología de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*) onde tive como professores, na 9ª turma do mestrado, Adam Przeworski, José Serra, Enzo Faletto, Juarez Brandão, Wilson Cantoni, entre outros e, como colega, Maria Herminia Tavares que reencontrei, anos mais tarde, como professora no Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP. A escolha do tema da minha dissertação, de certa forma, teve a ver com a situação político-ideológica pela qual passava o Chile, e o grande debate do momento era sobre as condições da transição ao socialismo pela via pacífica; não era raro, na época, a escolha de temas de pesquisa acadêmica ligados a essa conjuntura. Assim, por sugestão

de meu orientador, Emilio de Ipola, voltei-me para a questão da ideologia e, mais concretamente, do campesinato, tendo como objeto de estudo contos orais numa região de pequenos proprietários, na província de Talca, no sul do Chile. Por outro lado, era a época do auge do estruturalismo na linguística, na antropologia e no marxismo, o que influenciou minhas escolhas: como metodologia optei pela semântica estrutural, utilizando as ferramentas de A. J. Greimas para analisar as narrativas, em contraposição ao tradicional método de “análise de conteúdo”. E, no quadro teórico, o ponto de partida foi a discussão desenvolvida, entre outros autores, por Louis Althusser (de quem, aliás, meu orientador tinha sido aluno) sobre as relações de determinação entre os níveis estruturais de uma formação social.

Meu objeto de estudo, desde uma perspectiva marxista ainda dominante, em determinados círculos (*Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico*, de Marta Harnecker foi, na época, um *best seller*) era considerado intrinsecamente conservador, em razão dos interesses e ideologia do segmento de classe a que estava vinculado. Para discutir a “teoria do reflexo”, base dessa interpretação, compilei um *corpus* com as chamadas “histórias fantásticas”, transmitidas de pais para filhos, ao longo de gerações e, fundamentado na proposta de análise de mitos de C. Lévi-Strauss, na interpretação dos contos russos do formalista Vladimir Propp e, principalmente, na metodologia de A. J. Greimas, procurei detectar quais eram os “eixos de significado”, que regiam as “estruturas profundas” daquelas narrativas. Com o título *Los cuentos campesinos como productos ideológicos*, a dissertação foi aprovada em 1972.

Em Buenos Aires

Em virtude do golpe que depôs o presidente Salvador Allende em 1973, a FLACSO/Santiago encerrou suas atividades e transferiu-se para Buenos Aires. Ali, já na qualidade de *profesor investigador asociado*, participei de vários projetos: *Los orígenes ideológicos del Peronismo*, coordenado por Emilio de Ipola, e outros dois sobre meios de comunicação de massas, com Gloria Rojas e Heriberto Muraro: *Las empresas multinacionales y los medios de comunicación de masa em Latinoamérica* e *Las empresas multinacionales en el proceso de producción de material fílmico y televisivo en la Argentina*, convênio FLACSO/UNESCO. Ministrei o curso *Análisis de Ideologías*

no programa de Pós-graduação FLACSO/Buenos Aires e desempenhei, também, o cargo de Coordenador de Seminários.

A semiótica estava em voga e, nos quatro anos em que passei na Argentina, além das atividades na FLACSO, participei do *Centro de Investigaciones Semióticas y Lingüísticas* (CIS-Ar), com Armando Sercovich e Werner Ackerman. Na *Escuela de Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional del Comahue* (Cipoletti, província de Río Negro) ministrei o curso *Análisis semántico-ideológico de proyectos para la ley general de educación* e orientei duas pesquisas sobre o tema.

Na *Escuela Normal Victor Mercante* do Instituto Bernardino Rivadavia, da cidade de Córdoba, ministrei a disciplina *Análisis semántico-ideológico de los textos escolares*. Em Buenos Aires frequentei o curso *Migraciones Internas en la Republica Argentina*, ministrado por Hugo Rattier e A. Lattes, no *Departamento de Antropología de la Universidad Nacional* de Buenos Aires (dezembro de 1973 a março de 1974), além de *Análisis de los Medios de Comunicación de Masas* ministrado por Eliseo Verón na *Asociación Argentina de Semiótica*.

No final de minha estada em Buenos Aires – com a prescrição da pena, já poderia voltar ao Brasil – havia duas possibilidades: uma era seguir o seminário do professor Jacques Leenhardt, diretor do grupo de Sociologia da Literatura da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris, para o quê obtivera uma bolsa de estudos por meio do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO) e a correspondente inscrição na *Séction des Sciences Economiques et Sociales da École Pratique des Hautes Études*. A outra seria retornar ao Brasil para dar continuidade ao processo de formação acadêmica, agora com vistas ao doutorado, alternativa que foi escolhida.

De volta ao Brasil, doutorado.

Quando voltei ao Brasil, em 1978, procurei vários centros de pós-graduação como o da UnB, do Museu Nacional e da USP. Nesta última, entrei em contato com a Prof^a Ruth Cardoso que, após entrevista, exame de proficiência em língua estrangeira e análise do meu projeto “Ideologia e cultura popular: um estudo do circo-teatro nos bairros da periferia da grande São Paulo”, recebeu-me como orientando de doutorado. À temática

da ideologia, até então objeto de estudo de minhas experiências anteriores, vinha agora agregar-se “cultura”, numa perspectiva mais antropológica.

E outras mudanças somaram-se: de recorte – do campo para a cidade; de metodologia: da análise do discurso para a etnografia; e de objeto: dos contos para o circo-teatro. Tais escolhas também foram ditadas pelo fato de eu ter voltado ao país e escolhido morar numa cidade como São Paulo; de certa forma permanecia um elemento de continuidade entre os trabalhos, uma vez que ainda se tratava de tema ligado à cultura popular, agora, no contexto urbano e metropolitano.

Com bolsa da FAPESP de agosto de 1978 a janeiro de 1981, pude cursar as disciplinas oferecidas no então Departamento de Ciências Sociais pelos professores Ruth Cardoso, Eunice Durham, Francisco Weffort, José Augusto Guillon, Gabriel Cohn, Manuel Castells (professor visitante) e outros.

Assisti ainda, com muito proveito, aos cursos da prof^a Marlize Meyer, que formou com seus alunos – em sua maior parte de Letras, mas com a presença de dois estudantes de Antropologia, eu e Maria Lúcia Montes – um grupo sugestivamente intitulado “Instituto de Altos e Baixos Estudos”. O mote fora dado por um certo estigma que pesava sobre os temas tratados em aula – o melodrama, o romance de folhetim, a *Commedia dell’Arte* e outros gêneros considerados “menores” – particularmente importantes, entretanto, para a compreensão de meu objeto de estudo, a dramaturgia circense.

Digna de menção, entre os anos 1978 e 1982, foi a iniciativa de minha orientadora, Ruth Cardoso e de Eunice Durham, de promover encontros entre seus orientandos para discussão dos projetos, *papers*, textos teóricos e metodológicos sobre questões de interesse na reflexão e pesquisa antropológicas voltadas às chamadas sociedades complexas. Desses encontros – os “seminários das segundas-feiras” –, aos quais também eram convidados professores de outras áreas, participavam regularmente Guita Debert, Maria Lúcia Montes, Teresa Caldeira, Alba Zaluar, Carmen Cinira Arruda, Paula Montero, Marisa Correa, Mauro de Almeida Barbosa e Antonio Augusto Arantes, entre outros. A emergência dos movimentos sociais urbanos, a crescente visibilidade das periferias nas grandes metrópoles, as estratégias políticas de seus moradores, a relação entre cultura e ideologia – eis alguns dos temas que faziam parte da agenda de discussões.

O contato com o mundo da cultura popular, nas andanças pela periferia da cidade

seguindo as pegadas dos circos, colocou em meu caminho outro tema, desta vez relacionado à umbanda e ao candomblé. Se, por uma parte, esse interesse podia afastar-me do tema da tese, por outra oferecia um estimulante contraponto, na medida em que permitia trabalhar a questão do imaginário popular a partir de duas vertentes: uma religiosa e outra profana.

O palco do circo-teatro e o terreiro constituíam dois espaços de reelaboração do cotidiano da população dos bairros periféricos. O interesse despertado por essas religiões e o contato com a literatura antropológica correspondente, levaram-me a aceitar, em 1979, o convite do médico psiquiatra Uraci Simões Ramos, do Departamento de Medicina Preventiva da USP para coordenar um estudo comparativo (convênio com a Fundação Oswaldo Cruz, FINEP/PESES) sobre a busca do atendimento médico oficial em postos de saúde *versus* práticas de cura na religião umbandista.

O resultado foi o relatório “Doença e cura na religião umbandista: subsídios para uma proposta de estudo comparativo entre práticas médicas alternativas e a medicina oficial”. O livro *Umbanda* (Editora Ática, 1991) foi um dos subprodutos desta pesquisa. Ainda em função dessa experiência, fui convidado a ministrar a disciplina “A Doença Mental e os Processos de Cura nos Sistemas Religiosos” no Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), no período de agosto a dezembro de 1980.

Um desdobramento desse interesse pelas religiões de transe e sua relação com práticas terapêuticas, especialmente da umbanda, discutidas naquele Departamento, foi o convite, em 1991, (o primeiro de uma série, que dura até hoje) para participar e colaborar na organização do “IV Moitará, Símbolos da Umbanda”, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Estes eventos, os “Moitarás”, são encontros de três dias entre profissionais da saúde mental de orientação junguiana e especialistas em temas da cultura brasileira, para debate sobre pontos de cruzamento entre níveis de elaboração simbólica individual e contextos mais gerais, sociais.

Outra oportunidade de contato com o modo de vida das populações de periferia foi a participação na pesquisa sobre “Padrões de Urbanização e Formação de Periferias no Estado de São Paulo”, dirigida por Vilmar Faria e Ruth Cardoso e dos seminários realizados no CEBRAP a partir dos dados coletados em cidades médias como São José dos Campos, Marília e Rio Claro (março a outubro de 1980). Participei, também, de

congressos e encontros científicos – ABA, SPBC, ANPOCS – com destaque, nesta última, para o do Grupo de Trabalho “Ideologia Política e Cultura Popular”, coordenado pela Prof^a Ruth Cardoso e Gilberto Velho.

A atividade central, contudo, durante o período, foi, evidentemente, a pesquisa de campo vinculada à elaboração da tese. Acompanhei as estreias de vários circos pela intrincada rede de ruas e becos da periferia, observando sua dinâmica desde o momento da instalação até o levantamento da lona, já em busca de uma nova praça, ao fim de cada temporada. Pude não apenas assistir às suas apresentações teatrais – dramas, comédias, esquetes e gags – como registrar suas estratégias de inserção no bairro, as peripécias do dia-a-dia nas barracas dos atores e funcionários circenses, cujo modo de vida não os diferenciava de seu público característico. Não há como (nem seria o caso) de retomar aqui o processo de construção e análise deste objeto de estudo e tema da tese que, mais tarde, tornou-se o livro *Festa no Pedaco* ([1984] 1998).

O título escolhido para a publicação merece uma menção, pois aponta para a encruzilhada com a qual muitos antropólogos se deparam em suas etnografias, daí resultando, muitas vezes, mudanças de rumo. Foi o que ocorreu neste caso: ainda que o objeto fosse o circo-teatro e sua dramaturgia, o cotidiano em campo colocou-me em contato com uma rede de lazer mais ampla, da qual o circo era um dos componentes. As questões que tinham dado origem ao projeto eram: o circo-teatro seria uma manifestação espontânea ou fruto da indústria cultural? Seu discurso era crítico ou conservador? E, por último, estava ou não contaminado pela “ideologia dominante”? Essas indagações terminaram esbarrando numa realidade não prevista, mas que suscitava outra questão, essa, sim, vivida pelos moradores, a de seus espaços de lazer e de uso do tempo livre. Para eles, importava menos a orientação ideológica do repertório encenado pelo circo do que o espaço e momento de diversão que propiciava. Em suma: o que estava em jogo não era tanto o conteúdo das peças, mas uma alternativa de entretenimento num contexto carente de equipamentos e espaços de encontro e lazer.

Foi nessa circunstância que surgiu a expressão “pedaco”, termo nativo que incorporei para designar aquele domínio intermediário entre casa e rua, onde se realiza uma particular forma de sociabilidade e uso do espaço, pois é aí onde se cultivam determinadas relações (entre conhecidos) que vão além do círculo mais restrito dos parentes (domínio da casa), sem se confundir com aquele outro, dos estranhos (domínio da rua). Nesse espaço desenvolvem-se determinadas práticas (lazer, troca de

informações, pequenos favores, manifestação e resolução de conflitos) e estabelecem-se laços que terminam distinguindo e aglutinando uma rede de frequentadores.

Foi tal a reviravolta que o circo-teatro ficou apenas subentendido no título completo da publicação: “Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade”. Finalmente, em 1982, após quatro anos de pesquisa, defendi a tese (com o título original “Festa no Pedaco: O Circo-Teatro e outras formas de Lazer e Cultura Popular”) diante da banca constituída pelos professores Ruth Cardoso, Eunice Durham, Marlyse Meyer, Gabriel Cohn e Izidoro Blikstein. Num tempo em que ainda havia nota e os décimos contavam, fui aprovado com 9,8 e distinção.

II - Vida profissional

Unicamp

A inserção profissional não se fez esperar: após algumas experiências docentes por curtos períodos, ainda como doutorando – aulas no Departamento de Psiquiatria da UNIFESP e na Faculdade de Arquitetura da PUC de Campinas – fui admitido como professor de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, de março de 1981 a agosto de 1983. Nesse meio tempo, fui convidado para integrar o corpo de editorialistas da *Folha de São Paulo*, juntamente com José Augusto Guilhon de Albuquerque e José Serra.

A mim cabiam os temas “líricos”, como costumava se referir o presidente da empresa, Otávio Frias de Oliveira, aos assuntos ligados à cultura, movimentos sociais, minorias, patrimônio histórico, comportamento. Ou seja: tudo que não era política ou economia, especialidade dos outros dois, cujos textos precediam os meus na página dois da *Folha*. Foi uma experiência que, entre outros ganhos, ensinou-me a trabalhar melhor a escrita, sob pressão de tempo, assunto e número de linhas à disposição.

Na UNICAMP, no curso de graduação do Departamento de Antropologia do IFCH, ministrei duas disciplinas obrigatórias e algumas eletivas (“Antropologia Econômica”, “Lazer e Cultura Popular”, entre outras), além do curso “Antropologia da Religião”, na

pós-graduação. Em agosto de 1983, após processo seletivo, fui admitido como professor MS-3 no então Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Como rito de passagem, foi-me atribuída a disciplina obrigatória Antropologia I, vespertino e noturno, que tive de compartilhar com a Prof^a. Eunice Durham... na mesma sala de aula!

Patrimônio Cultural

Ainda sem definir um projeto específico na área de Antropologia Urbana, coordenei uma pesquisa conveniada entre o Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), dirigido por minha ex-orientadora, e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), onde eu prestava consultoria. O resultado foi o relatório “Santana de Parnaíba: Memória e Cotidiano” (1984), publicado anos mais tarde, em 2007 (b), na coletânea *Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*.

Era um momento de experimentação – aulas, assessorias, pesquisa, cargos públicos. Assim, em função de minha experiência no órgão paulistano de defesa do patrimônio (onde ainda editei a publicação *Casarão do Chá de Mogi das Cruzes* a respeito de um exemplar de sistema construtivo japonês adaptado às condições dos imigrantes no Brasil), fui convidado pelo governo do Estado do Paraná para assumir o cargo de chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e de Secretário do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, no período de março de 1985 a março de 1987.

Meu propósito era levar a contribuição da Antropologia para as questões do patrimônio cultural que, no discurso oficial dos órgãos de preservação e na prática dos técnicos lotados nesses órgãos, ainda se ressentia de uma visão centrada na arquitetura e nos exemplares luso-brasileiros do século XVIII.

A ideia era pensar o patrimônio – e não apenas o edificado – também a partir de diferentes perspectivas, levando em conta o legado de outros períodos históricos e atores sociais como imigrantes mais recentes, minorias e grupos étnicos. Entre outros projetos, coordenei, nessa função, o processo de tombamento do trecho paranaense da

Serra do Mar e o Projeto Interestadual (SP, PR, SC, RS) “Caminhos das Tropas”, Convênio Ministério da Cultura, Secretarias de Cultura e SPHAN/Pro-Memória, 1985/1986; o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Londrina” (IPAC) e a edição dos *Cadernos do Patrimônio*. (1985;1986).

Durante esse período não abandonei a prática docente, tendo ministrado dois cursos no Paraná: “Antropologia das Sociedades Complexas”, na UFPR e “Fundamentos Culturais e Antropológicos” (extensão universitária na PUC-PR). E a disciplina “Planejamento e Administração de Políticas Culturais” no curso de Pós-Graduação *lato sensu* da Universidade Federal de Ouro Preto (MG).

Tampouco deixei de vir a São Paulo, tendo participado, em outubro de 1985, ao lado de outros profissionais (arquitetos, urbanistas, ambientalistas), da “Expedição São Paulo: Refazendo os Antigos Caminhos de São Paulo”, uma caminhada de uma semana pela cidade de São Paulo seguindo os passos e o roteiro dos viajantes do século XIX. Promovida pelo *Jornal da Tarde* (Grupo O Estado de São Paulo) e pelo Centro Cultural São Paulo da Secretaria Municipal de Cultura, tinha como objetivo, no entendimento de seu idealizador, o arquiteto Julio Abe Wakahara, fazer da mídia diária uma nova forma de museologia, uma vez que as impressões de viagem eram publicadas, com fotos e textos, no dia seguinte, num caderno especial do jornal.

Uma segunda viagem a São Paulo deu-se para atuar como consultor das pesquisas “Articulação da Escola na Vida Associativa do Bairro” e “Aproveitamento e Gerenciamento dos Terminais Turísticos de Massa” Escritório de Projetos e Convênios”, PUC/São Paulo, 1985/1986.

De volta à docência, na USP

Em 1987, retomei as atividades na USP e, como segundo rito de passagem, foram-me designadas disciplinas de Introdução à Antropologia no Departamento de Geografia e na Faculdade de Odontologia. A partir de então, como os demais colegas do curso de Ciências Sociais, revezava-me entre a pós-graduação e a graduação: nesta última, tenho ministrado disciplinas optativas (Antropologia Urbana; Práticas Culturais em Contexto Urbano) e obrigatórias (Antropologia I, II e III). E, na pós-graduação, dedico-me mais a

Métodos e Antropologia Urbana (Seminário de Projetos; A Dimensão Cultural das Práticas Urbanas).

Em 1989, credenciei a disciplina “Pesquisa de Campo em Antropologia” (ou Métodos III) que veio a ser meu investimento docente de maior continuidade na graduação: ofereci esta disciplina regularmente, todos os anos, até 2006, (retomei em 2010), ensinando, aos alunos que já haviam cursado as matérias obrigatórias, os fundamentos do método etnográfico, os primeiros passos na pesquisa – do projeto ao relatório – passando pelo levantamento dos dados em campo e, posteriormente, pela organização e apresentação dos resultados.

Posso contabilizar, entre os resultados dessa atividade, um acervo de mais de 600 trabalhos apresentados pelos estudantes para avaliação final, nessa disciplina, sobre os mais variados objetos de estudo recortados principalmente na rica e surpreendente dinâmica da cidade de São Paulo. Não foram poucos os projetos de pós-graduação que surgiram daí em diferentes campos da Antropologia, incluindo etnologia indígena. Afinal, há índios nos perímetros urbanos... E, o que é mais importante, etnografia é sempre etnografia, seja no campo, na aldeia ou na cidade. Tal acervo abriga um *corpus* significativo de trabalhos, de jovens pesquisadores, com exercícios de leitura sobre a mesma cidade ao longo de duas décadas. Alguns números dão uma ideia da extensão e variedade desse acervo: sobre lazer, são 147 trabalhos; religião/religiosidade, 136; espaço e sociabilidade, 132; jovens, 64; cultura popular, 40; gênero, 30; moradia, 25; trabalho, 22; corpo/ portador de necessidades especiais, 19; migração, 18; comunidades indígenas, 14; idosos, 8; outros, 35. Total: 627 trabalhos, até 2012.

Um segundo subproduto, mais recente, dessa proposta didática, é o evento “Graduação em Campo: Seminários de Antropologia Urbana das Ciências Sociais”. Esta é uma atividade que comecei a organizar em 2002. Seu objetivo era oferecer aos alunos cujos trabalhos obtivessem boa avaliação nessa disciplina uma oportunidade de apresentá-los de acordo com o ritual completo de um evento científico. De certa forma, era evitar que relatórios de pesquisa (alguns muito bem resolvidos, outros, ainda exercícios) fossem direto da sala de aula para o fundo das gavetas da sala do professor, e levá-los para o domínio público, ainda que entre colegas.

O interesse pelo evento foi aumentando de tal modo que os seminários, antes restritos aos alunos da USP, atualmente recebem inscrições de estudantes de Ciências Sociais de todo o país. Em 2010 houve 135 inscrições de 30 instituições de ensino diferentes.

Conta com transmissão *on-line* das apresentações, comentários (a cargo de alunos de pós-graduação, brasileiros e estrangeiros), caderno de resumos impresso e eletrônico. Já está na décima primeira edição e foi o primeiro de seu gênero, no Brasil. Desde a 6ª edição, em 2007, abre o evento um conferencista convidado a relatar sua própria experiência no campo da etnografia: já se fizeram presentes Mariza Peirano, Eunice Durham, Alba Zaluar, Omar Ribeiro Thomás e Peter Fry, escolhidos pela Comissão Organizadora.

Eu não poderia organizar estes Seminários, com as dimensões que terminaram por adquirir, não fosse o Núcleo de Antropologia Urbana (NAU). Todas as providências – contatos com instâncias burocráticas e solicitação de financiamento, lançamento do edital, inscrições, seleção dos resumos, criação do *logo*, divulgação, publicação dos cadernos, divisão das mesas, transmissão via internet, alojamento e alimentação, festa de encerramento – ficam a cargo de membros do núcleo (só os de graduação, frise-se) que as executam sob minha orientação, como oportunidade de aprender a organizar um evento acadêmico.

O Núcleo de Antropologia Urbana - NAU/USP

Coordeno este núcleo de pesquisas desde 1988 o qual, a partir de então, terminou pautando minha produção e atividade acadêmicas. Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela USP, inicialmente congregava apenas meus orientandos de pós-graduação. Seu propósito era estabelecer um espaço para compartilhar experiências por meio de discussões teórico-metodológicas, apresentação de resultados parciais do trabalho de campo, troca de bibliografia e preparação de *papers*, discussão de projetos e relatórios, complementando, assim, o caráter muitas vezes individualizado e unidirecional da relação orientador-aluno.

O interesse que os temas da Antropologia Urbana despertavam, inclusive entre alunos de graduação, fez com que o núcleo abrisse espaço para a participação de estudantes de iniciação científica, ao mesmo tempo em que mantinha contato com seus pós-graduados, já como pesquisadores e/ou professores em diferentes instituições universitárias do país. O NAU atualmente integra pesquisadores nos níveis de iniciação

científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de pesquisadores associados, cujos projetos de estudo se distribuem por quatro linhas temáticas: “Práticas Culturais e Sociabilidade no Contexto Urbano”, “Formas de Religiosidade”, “Métodos em Antropologia Urbana” e “Antropologia das Sociedades Complexas”. Desde 2009, com a entrada de pesquisadores de iniciação científica do curso de Letras e, posteriormente, de alunos de Geografia, Sociologia e Relações Internacionais, o núcleo tem reforçado seu caráter interdisciplinar.

A primeira fase do NAU inaugurou uma de suas linha de pesquisa: “Práticas culturais e sociabilidade no contexto urbano”. Esta linha remonta à reflexão iniciada em minha tese de doutorado em que a noção de “pedaço”, tendo passado de termo nativo a categoria analítica, começou a mostrar sua potencialidade para descrever uma particular forma de sociabilidade para além dos limites dos bairros de periferia. Motivado pela pergunta “existem pedaços no centro?”, o passo seguinte seria testar a aplicação dessa categoria em outras regiões da cidade. Para tanto, elaborei o projeto de pesquisa “Os Pedaços da Cidade” (minha primeira bolsa Produtividade em Pesquisa - Pq - CNPq, 1989/1990) em torno do qual um grupo de alunos, entre os quais meus primeiros orientandos, começou uma experiência etnográfica em regiões centrais do espaço urbano de São Paulo.

As idas coletivas a campo e a posterior reflexão sobre o material recolhido redundavam em contribuições para a pesquisa individual de cada um dos participantes. A primeira “expedição etnográfica” do NAU ¹ aconteceu ainda em 1988 e teve como recorte a tradicional “mancha” de lazer paulistano do Bixiga, percorrida por cerca de quinze integrantes, cada qual identificando, em seu caderno de campo, os equipamentos, a frequência de uso, os horários de funcionamento, depoimentos de usuários etc.

Uma primeira constatação se impôs: já não se estava diante de formas de sociabilidade marcadas por laços de vizinhança: nos “pedaços do centro”, as pessoas não necessariamente se conheciam (pois provinham de diferentes bairros), mas se *reconheciam* enquanto portadoras de códigos comuns que remetiam a símbolos, valores, gostos e outros sinais de pertencimento. A experiência das expedições foi fundamental para a construção das categorias de análise que os integrantes do NAU passaram a utilizar com frequência na organização de seus recortes de pesquisa na cidade, como

¹ “Expedição” foi o termo cunhado para designar as idas coletivas a campo e posterior discussão dos dados registrados nos respectivos cadernos de campo. Participaram desta fase Vagner Gonçalves da Silva, Rita Amaral, Heitor Frúgoli, Luiz Henrique de Toledo, Heloísa Buarque de Almeida, Liliana Souza e Silva, Daysi Perelmutter, Yara Schreiber, Letícia Vidor, Yara Cunha Oliva, Alexandre Leone, Wilson Rizzo, Domingos Leôncio da Silva, Elena Grosbaum, Daniel Annenberg, André Luiz de Alcântara, James de Abreu.

“mancha”, “circuito”, “pórtico”, “trajeto”. Esta última, por exemplo, permitia abrir as fronteiras, às vezes demasiadamente fechadas, do *pedaço*, em direção a outros pontos do espaço urbano e, assim, estabelecer contato com lógicas e práticas mais abrangentes.

Os primeiros resultados desta pesquisa inaugural, que se estendeu por outras *manchas* de lazer na cidade, deram origem ao artigo “Da periferia ao centro: pedaços & trajetos”, publicado na *Revista de Antropologia* (1992). Alguns dos desdobramentos dessa fase foram: a exposição fotográfica “Um olhar antropológico do lazer: Bixiga e esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação” (1992), que contou com a colaboração do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA); a montagem, realização e supervisão de pesquisa para processo de tombamento de uma *mancha* de lazer popular, o “Parque do Povo”, pelo CONDEPHAAT (1993/1994) e, finalmente, a publicação da coletânea, organizada por mim e Lilian de Lucca Torres, *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana* ([1996]2008), atualmente em sua terceira edição.

Pode-se afirmar que esta foi a etapa “experimental” do núcleo, proporcionando a seus membros vivenciar o trabalho de campo de forma compartilhada: o processo de recolha das informações por meio do método etnográfico, nesse momento, era tão ou mais importante quanto as informações em si. Cada qual levava para a própria pesquisa a experiência adquirida no convívio e discussão com os colegas e o orientador.

Em seguida o NAU entrou em período mais reflexivo em que cada membro encarregou-se de preparar e apresentar um *paper* com o tema mais próximo a seu objeto de pesquisa, o que implicava escrevê-lo, distribuí-lo e expô-lo numa sessão especialmente convocada para tanto. “O significado da festa: abordagens antropológicas clássicas”; “A Escola de Chicago”; “O lazer: perspectivas atuais”; “Antropologia como crítica cultural: os pós-modernos”; “Patrimônio Cultural”, – tais foram algumas das discussões do ano de 1990 além, é claro, de sessões dedicadas à análise e debate de relatórios de pesquisa e relatórios para exame de qualificação de meus orientandos.

No decorrer do trabalho de campo, porém, o contato com algumas situações da rica ambiência do centro (leitura de cartas de tarô em pleno Viaduto do Chá, por exemplo) e em alguns núcleos de bairro (feiras de produtos “esotéricos” montadas em praças e *shopping centers*) começou a levantar novos temas e indagações, o que constituiu ponto de partida para outra leva de pesquisas em torno dos seguintes projetos aprovados pelo CNPq na modalidade Produtividade em Pesquisa: “Os Pedaços Sagrados da Cidade” (1991/1992); “Sob nova direção: Práticas mágico-esotéricas na cidade” (1993/1994)

“Espiritualidade em ritmo metropolitano: os novos espaços de encontro, vivência e culto na cidade” (1995/1996).

Ainda que igualmente centrada na dinâmica urbana, abria-se uma nova linha de reflexão, pois o recorte agora era dado por práticas não mais ligadas diretamente ao lazer (algumas sim, e todas dentro do tempo livre), mas à religiosidade. Tratava-se das denominadas práticas “esotéricas”, ou “místicas”, heterogêneo universo formado por elementos retirados dos mais variados sistemas filosóficos e religiosos – tradições orientais, ocultismo, paganismo, cosmologias indígenas etc. – e realizadas, na forma de terapias alternativas, literatura de auto-ajuda, rituais de prosperidade, consulta a sistemas divinatórios, em amplos e bem equipados espaços predominantemente em bairros de classe média.

Tais serviços e espaços, aparentemente procurados de forma aleatória e segundo o arbítrio das escolhas individuais mostraram-se, ao contrário, como um campo sujeito a regularidades e experiências coletivas: sua distribuição no mapa da cidade, o agenciamento dos espaços internos em antigos sobrados, a existência de um calendário de eventos, as pautas de consumo e outros indícios apontavam para a presença de padrões de comportamento que permitem falar num certo “estilo de vida”, peculiar na paisagem da cidade, marcado pela busca de medicinas alternativas, vegetarianismo, práticas corporais de origem oriental, preocupação com auto-conhecimento, vivências comunitárias.

Particularmente interessante revelou-se, aí, a aplicação da noção de *circuito*, evidenciando estratégias através das quais os agentes dessas práticas comunicam-se, circulam pelas instituições e estabelecem um padrão de trocas no espaço mais amplo da metrópole. Essa noção também foi empregada no projeto “O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea” (FAPESP/CNPq, 1997-1999). Essa pesquisa teve como objetivo estudar o processo de formação e disseminação de cosmologias, de práticas terapêuticas e de auto-conhecimento elaboradas a partir de um sistema de correspondências entre tradições de povos indígenas e proposições retiradas de campos científicos considerados “de ponta” como a programação neuro-linguística, física quântica e outros.

Todos esses objetos de pesquisa, apesar das particularidades de seus recortes, mantinham um eixo comum: o uso do espaço e dos equipamentos da cidade, em diálogo com a dinâmica urbana de escala metropolitana. Alguns de seus resultados: “Exposição

Etnográfica Esotéricos na Cidade: Trajetória de uma pesquisa”, no Departamento de Antropologia FFLCH/USP, de 6 de novembro a 23 de dezembro de 1994; os livros *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole* (1999a); *O Brasil da Nova Era* (2000) e o artigo “O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea”, na revista *Religião e Sociedade* (1999b).

Encerrada a fase das pesquisas sobre práticas de religiosidade ligadas ao neo-esoterismo e, percebendo o interesse dos alunos de graduação por objetos relacionados com juventude e sociabilidade como foco de seus exercícios etnográficos (música, códigos corporais, indumentária, festas), apresentei novo projeto ao CNPq: “Os caminhos da metrópole” (1999-2001). A proposta tinha como objeto o “Musikaos”, programa semanal do SESC Pompéia transmitido pela TV Cultura e destinado, justamente, ao público jovem. Comecei as primeiras observações de campo com alguns alunos e o propósito era fazer um experimento etnográfico em que o SESC seria considerado uma espécie de “observatório” do comportamento de seus frequentadores, de seu gosto musical, sua pauta de consumo etc.

Por uma dessas contingências que mudam rumos de pesquisa, contudo, poucos meses após o início do trabalho de campo a diretoria do SESC, em acordo com a TV Cultura, que patrocinava o programa, resolveu cancelá-lo. Havíamos realizado, já, (eu e membros do NAU) várias idas a campo e essa interrupção representou um problema: como dar continuidade à pesquisa sem abandonar a temática escolhida e, principalmente, as questões de fundo envolvidas e discutidas no projeto enviado ao CNPq e aprovado?

A solução encontrada foi ampliar e diversificar o recorte empírico do projeto: tendo em vista que muitos dos participantes estavam fazendo suas próprias pesquisas de iniciação científica ou para dissertações de mestrado, sobre juventude na cidade de São Paulo, propus que os atores que pretendíamos observar no palco do “Musikaos” continuassem como objeto de observação e análise, mas nos espaços por onde costumavam circular e se reunir na cidade; além disso, seria interessante agregar outros personagens, ampliar o recorte empírico inicialmente proposto e assim surgiu um novo desenho de pesquisa no núcleo.

Os caminhos da metrópole e os do NAU

A partir dessa fase, o NAU se subdividiu em três grupos temáticos: “Jovens na Metrópole”, “Cultura Brasileira” e “Estudos da Comunidade Surda”. O primeiro grupo reuniu orientandos em torno da nova versão do projeto os “Caminhos da Metrópole”, prorrogado por mais um período, até 2005. A partir das etnografias em curso sobre comportamentos e práticas de jovens na cidade de São Paulo, propus a categoria de “circuitos de jovens” com o objetivo de oferecer uma alternativa aos enfoques de “tribos urbanas” e “culturas juvenis”, comumente invocados para tratar desse tema. A proposta supunha outro ponto de partida: em vez da ênfase na condição de “jovens”, que supostamente remete a diversidade de suas manifestações a um denominador comum, geracional, a ideia era privilegiar sua inserção na paisagem urbana por meio da etnografia dos espaços por onde circulam, onde estão seus pontos de encontro e ocasiões de conflito e os parceiros com quem estabelecem relações de troca.

Este grupo encerrou suas atividades com a publicação da coletânea organizada por mim e pela aluna Bruna Mantese, *Jovens na Metrópole: uma análise antropológica dos circuitos de lazer, encontro e sociabilidade* (2007a) com os relatos das etnografias feitas pelos alunos: os *straight edgers*, o forró universitário, os góticos na Internet, a *mancha* de lazer da Vila Olímpia, a balada *black*, os *b.boys*, os apreciadores de música *gospel*, *ravers*, os pichadores e seus *trajetos*.

O grupo “Cultura Brasileira” reuniu alguns alunos envolvidos no projeto “Do Afro ao Brasileiro: Religiões Afro-Brasileiras e Cultura Nacional: uma abordagem em Hipermídia” de autoria dos Profs. Drs. Vagner Gonçalves da Silva (então vice-coordenador do NAU) e Rita Amaral. Este projeto articulava pesquisas de campo em cidades de cinco estados do país em torno de uma experiência metodológica de representação etnográfica em novas mídias, tendo como objeto as relações entre as práticas de grupos religiosos afro-brasileiros e a cultura nacional.

O terceiro grupo – “Estudos da Comunidade Surda”, ainda em curso – foi formado a partir de um convite: em 2002, ao ser procurado para integrar uma equipe de pesquisa, formada por linguistas e historiadores da USP, sobre surdos em São Paulo, minha primeira reação foi de surpresa, pois pouca ou nenhuma familiaridade tinha com o tema. Quando, porém, me foi explicado o motivo do convite, contribuir com o enfoque

antropológico e, em especial, com o da antropologia urbana numa pesquisa já em andamento que incluía, por parte dos linguistas, a descrição da língua brasileira de sinais (libras) e, por parte dos historiadores, o registro de histórias de vida, a proposta começou a fazer sentido. O que se pretendia era identificar a rede de sociabilidade dos surdos na cidade, a partir das categorias de *pedaço*, *mancha*, *trajeto*, *circuito* utilizadas em pesquisas do NAU.

O período em que ocorreu o convite também teve seu papel nos rumos que essa participação tomou. Era a época das festas juninas que tomam conta de escolas, instituições, associações de bairros, paróquias, clubes etc. e a pergunta que se colocava era: as escolas e associações de surdos também promovem essas comemorações? E outra indagação, inevitável, veio logo à tona: *feira junina de surdo tem música?* Para quem sempre havia estudado diferentes formas de lazer na cidade, o estudo das festas não apenas é um recorte obrigatório como, ademais, constitui sempre uma boa via de acesso para o entendimento de regras e redes de sociabilidade de grupos sociais. Neste caso, além de ser uma boa opção, trazia estimulantes desafios ².

O ponto de partida foi a distinção entre a expressão “deficiente auditivo” e o termo “surdo”: para muitos, meros sinônimos, enquanto para outros a primeira seria mais politicamente correta que o segundo. Trata-se, porém, de uma distinção que delimita o campo onde a questão será colocada e trabalhada e define as ferramentas que serão utilizadas: ou é questão afeita à patologia, de falta ou perda de uma capacidade natural, a ser trabalhada com os instrumentos apropriados para corrigi-la, talvez amenizá-la; ou, ao contrário, trata-se de um sinal distintivo, capaz de agregar pessoas que se reconhecem de alguma forma vinculadas entre si pelo fato de usarem uma modalidade específica de comunicação, a gestual-visual.

Assim, mesmo que “deficiente auditivo” e “surdo” ainda sejam tomados como sinônimos ou índices de grau pelo senso comum, são termos que apontam, para campos de reflexão, atuação e atitudes diferentes. Se na área das Ciências da Saúde a surdez é pensada, predominantemente, como *falta*, nas Ciências Humanas e Sociais (linguística, história, antropologia, pedagogia, ciências cognitivas) a tendência é entendê-la como *marca* distintiva, geradora de formas de comunicação, relações, valores, práticas e comportamentos específicos. Embora o lazer tenha constituído, inicialmente, o tema das pesquisas, a relação dos surdos com igrejas, principalmente as do campo protestante,

² E a resposta àquela pergunta está em Magnani: 2007c.

atraiu o interesse de vários alunos sobre o assunto, com novos objetos de estudo, com particular destaque para a tese de doutorado de César Augusto Assis Silva “Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos”, defendida em 2010.

III – “Presente etnográfico”

A partir deste ponto troco a “linha do tempo” como fio condutor deste relato pelo “presente etnográfico”, para poder agrupar algumas atividades atuais e destacar aquelas que foram realizadas ao longo de um período mais continuado. A lista completa, com as datas precisas está no *curriculum vitae* e começo pelos cargos ocupados na Universidade em diferentes momentos: vice-chefe e depois chefe do Departamento de Antropologia da FFLCH, coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da FFLCH (PPGAS); membro da Comissão de Pós Graduação da FFLCH (CPG); conselheiro do Sistema de Bibliotecas (SIBI), do Centro de Preservação Cultural (CPC) e editor responsável da *Revista de Antropologia* (1997-2004). Atualmente (2012) sou representante titular da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras no Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP.

Faz parte de nossas obrigações, sem dúvida, assumir esses encargos e assim contribuir para o andamento de diferentes instâncias da vida acadêmica, mas, em meu caso, a motivação certamente não foi além desse plano, pois tal tipo de inserção nunca constituiu uma perspectiva de carreira. Dediquei-me mais à docência e à pesquisa e também a atividades de orientação, extensão universitária além de consultorias, cursos, assessoria a projetos culturais fora da Universidade e de São Paulo.

E, apenas para registro, menciono aquelas atividades que fazem parte de nossa rotina acadêmica – participação em bancas de teses, de concursos públicos, organização de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas de congressos científicos de nossa área (ABA, ANPOCS, Associação de Cientistas Sociais da Religião no MERCOSUL), SIICUSP (Simpósio Internacional de Iniciação Científica USP/CNPq) e EPOG (Encontro de Pós-graduandos da FFLCH/USP), membro de Comissão Editorial de várias revistas

acadêmicas, parecerista em projetos da FAPESP, FAPEAL, CNPq, CAPES e de diversos periódicos – Mana, RBCS, Tempo Social, Revista de Antropologia, Horizontes Antropológicos, Religião e Sociedade, Revista de Estudos Históricos, entre outros.

Fui convidado para dar aulas inaugurais em diversas instituições e ocasiões: no Curso de Especialização em Sociologia Urbana da UERJ em 2001; na abertura do ano letivo de 2003 do Curso de Ciências Sociais da FFLCH/USP; no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC/SP (2009); no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFAM (2011); no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (2012) e no Curso de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (2012).

Em dezembro de 2010 prestei concurso para obtenção do título de Livre Docente, que constou de arguição do memorial, prova didática, prova escrita e defesa de tese. Os pontos sorteados para as provas foram, respectivamente, “A cidade pós-moderna e as ‘tirantias da intimidade’ ”, e “A cidade e as novas formas de religiosidade”. Concluídos os trabalhos, que culminaram com a defesa da tese “Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana em São Paulo”, a banca julgadora, composta pelas professoras Sylvia Caiuby (presidente) e Eunice Durham, do Departamento de Antropologia da USP; Marília Sposito (FE-USP) e pelos professores Antônio Augusto Arantes (UNICAMP) e Peter Fry (UFRJ) “aprovou o candidato e o considerou habilitado para a Livre Docência”, conforme consta da ata, lida ao final dos sessão pública.

Orientação

Desde meu credenciamento no PPGAS pela Comissão de Pós Graduação da FFLCH, em 1988, até o presente (maio de 2012), orientei 11 teses de doutorado, 25 de mestrado e 2 de pós-doutorado; em andamento, 5 de mestrado, 2 de doutorado e uma de pós-doutorado. Os recortes de pesquisa distribuíram-se em torno dos eixos de meus projetos – lazer, religião, sociabilidade, cultura popular, geralmente em contextos urbanos. Do total das teses e dissertações, 11 viraram livros; 7 orientandos participaram de uma coletânea (*Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*, EDUSP, 3ª edição – 2008) 9

de outra (*Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*, 2007, Ed. Terceiro Nome). Três ex-orientandos são atualmente professores na USP; duas na UFPR; um(a), respectivamente, na UFSCar, UFPA, UNIFESP, UFPB, UFRN, além de vários em faculdades particulares.

De iniciação científica, foram 54 orientandos: 9 com bolsa FAPESP, 20 com bolsa PIBIC/CNPq, 24 com bolsa USP e um com bolsa Santander. Em andamento, 7 (dois com bolsa PIBIC/CNPq e cinco com bolsa USP). Esse elevado número de orientandos de iniciação científica só se tornou viável em razão da convivência no NAU entre alunos com diferentes graus de treinamento – da iniciação científica ao pós-doutorado – debatendo, trocando experiências de campo, bibliografias. Ademais, o programa “Ensinar com Pesquisa”, implantado em 2007 pela Pró-Reitoria de Graduação da USP, ao conceder bolsas a alunos sem a exigência de projetos individuais, mas vinculados aos do orientador, permitiu-me aceitar mais candidatos interessados nas diferentes pesquisas em andamento no núcleo. Desde então credenciei quatro projetos, abrangentes, para receber alunos nessa modalidade de bolsa: “Sociabilidade, tempo livre e cultura no contexto urbano”; “Estudos da Comunidade Surda em São Paulo” “Acervo do Núcleo de Antropologia Urbana: 20 anos de pesquisa na Graduação”; “Religião, cidade e esfera pública”.

Montserrat Nuñez, da UNAM (México) e Luciana Mendonça, do CES (Coimbra) – ambas em 2011; Craig Schuetze (University of California, Santa Cruz). Leonardo Cardoso (University of Texas, Austin), em 2012 – são alguns dos mais recentes alunos de instituições do exterior em busca de orientação ou contato, no NAU, via canais institucionais (CCINT/USP) ou por interesse pessoal em participar do núcleo.

Atuei ainda como orientador, ao lado de professores de outras unidades da USP – Politécnica, Educação, Arquitetura, Medicina – de três projetos interdisciplinares de extensão universitária: um deles, “Recuperação de Áreas Degradadas por Atividade Mineradora”, estava ligado ao Escritório Piloto do Grêmio Politécnico (2001/2004) e o outro, “Cidade de Areia”, de 2000 a 2002, ligado a esse escritório e também ao Laboratório de Habitação do Grêmio dos Estudantes da FAU e ao Piá-Instituto Cactus. Alunos dos mais diversos cursos – Ciências Sociais, Arquitetura, Engenharia, Psicologia, Direito etc. – faziam parte desses projetos; o primeiro tinha como alvo um parque construído em área de antiga pedreira na cidade de Embu/SP e o segundo, o restauro e revitalização do “Centro Educacional e Esportivo Raul Tabajara”, na Barra

Funda, instituição remanescente ainda da gestão de Mário de Andrade na Prefeitura de São Paulo.

Mais recentemente, em 2009, orientei o projeto “Saberes em Jogo: sociabilidade, autonomia e aprendizado através de literatura, xadrez e jogos de RPG” desenvolvido por alunos de Ciências Sociais e Letras no Centro Comunitário Jardim Japão, zona norte da capital, que atende cerca de 70 crianças em turno alternado com a escola.

Projetos culturais e consultorias.

Além da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, cargo que ocupei na secretaria de Cultura do Paraná, entre 1985 e 1987, a que já me referi, assumi temporariamente outro, mas desta vez conciliando-o com as atividades na USP: fui convidado para dirigir a Divisão de Pesquisa, antigo IDART (Departamento de Informação e Documentação Artística) do Centro Cultural São Paulo, a convite de Marilena Chauí, titular da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, de maio de 1989 a abril de 1990 na gestão da prefeita Luiza Erundina.

Também colaborei, juntamente com Maria Lúcia Montes, então colega de Departamento, para a elaboração do Plano Diretor do Município de Santo André, na gestão do prefeito Celso Daniel em 1991, com uma pesquisa sobre as representações da população de Santo André sobre a área central, integrando uma equipe multidisciplinar com historiadores, arquitetos e urbanistas encarregada de realizar o inventário cultural do centro da cidade.

Entre 1981 e 2011 participei como palestrante e co-organizador de 13 edições do evento “Moitará”, encontro anual da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (a que já me referi, mais acima), em torno de algum tema relacionado com a cultura nacional como candomblé, carnaval, mitologias indígenas, modernismo etc. O evento – cujo nome foi inspirado num sistema de trocas intertribal no Parque Nacional do Xingu – conta com a participação de antropólogos, historiadores, artistas, críticos literários, além, evidentemente, de psicanalistas.

E em virtude de meus trabalhos sobre lazer, tenho sido convidado a dar palestras e

participar de eventos promovidos pelo SESC, Departamento de Estudos do Lazer da UNICAMP e dos Encontros Nacionais de Recreação e Lazer – “ENAREL” – com especial menção aos ocorridos em Bertioga (1993), Porto Alegre (1996), Salvador (2004), além do “Encontro latino-americano de Esporte para todos”, em Santos, 1996, do Congresso Cultura Corporal, promovido pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (SESC Vila Mariana, 2006) e “Envelhecimento Masculino” (SESC /Paulista, 2009), entre outros.

O projeto “Parâmetros metodológicos para resgate do Patrimônio Imaterial em São Paulo”, coordenado por Miquel Chaia e Gabriel Cohn em 1999, foi uma solicitação do MinC/ IPHAN que me chegou por meio do CEDEC: participei na discussão sobre o conceito de cultura do trabalho e patrimônio imaterial e na elaboração do texto que integrou o documento final.

Fiz parte, também, da equipe externa de avaliação, entre setembro de 2008 e maio de 2009, dos 15 anos de atividades da ONG “Ação Educativa” na área da educação, cultura e juventude. Juntamente com Alexandre Barbosa, do NAU, coordenei, durante o processo de avaliação, os seminários internos sobre a área temática da cultura, com ênfase nas atividades relacionadas com a “cultura de periferia” e assinei o texto específico que integrou o documento final. Como desdobramento dessa atividade, ambos colaboramos com a Ação Educativa na organização do seminário “Estética da Periferia: Arte e cultura nas bordas da metrópole”, em maio de 2011, no Pavilhão das Culturas Brasileiras, Parque do Ibirapuera. A segunda edição deste evento, agora com a colaboração de mais integrantes do NAU, está marcada para agosto de 2012.

Merece destaque a “Expedição São Paulo 450 anos” da qual participei também como co-organizador: tendo como referência e inspiração uma iniciativa anterior, “Refazendo os antigos caminhos”, já mencionada, contou com a participação de nove pesquisadores do NAU, entre professores e alunos³. Resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o Grupo *O Estado de São Paulo*, o Instituto Florestan Fernandes e EXPOMUS - Exposições Museus Projetos Culturais, a expedição fez parte das comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, em janeiro de 2004.

Duas equipes compostas por 31 especialistas em antropologia, museologia, arqueologia,

³ Participaram, além de mim, os antropólogos Vagner Gonçalves, Luiz Henrique de Toledo e Maria Lúcia Montes e os alunos Camila Iwasaki, Clara Azevedo, Márcio Macedo, Alexandre Barbosa e Daniela do Amaral Alfonsi.

arquitetura e urbanismo, história, etnomusicologia, geografia, sociologia, artes, ciências ambientais, educação e medicina percorreram cidade de São Paulo de ponta a ponta, em uma semana, nos sentidos sul-norte e leste-oeste, a partir de um roteiro previamente estabelecido.

As equipes foram acompanhadas por estagiários, encarregados de fazer o registro e por profissionais de comunicação (jornal, rádio e Internet) para transmissão das impressões colhidas durante todo o percurso sobre a cidade, seus habitantes, seus trajetos, locais de moradia e sociabilidade, trabalho e lazer e as incontáveis, inesperadas e criativas respostas às condições concretas de vida nessa cidade. Alguns resultados deste trabalho foram o livro *Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro da metrópole* (2004), o documentário de mesmo nome em DVD, além de um CD-ROM e da Exposição “Expedição São Paulo 450 anos”, realizada na Galeria Olido, de dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

Na Internet

Em 2003, comemorando o 15º ano de existência do NAU, decidi expandir seu alcance por meio da criação de um *website* (<http://n-a-u.org/>). O projeto, elaborado por mim e Rita Amaral, ex-orientanda, implicou uma reserva de domínio na Internet e aquisição de espaço para hospedar o *site*. Nele, são disponibilizados artigos de autoria dos integrantes do núcleo além de *links* de interesse para os temas de pesquisa, divulgação de eventos, contatos entre pesquisadores, lançamento de livros e outros eventos relacionados com a Antropologia Urbana. Em 2004, o *website* do NAU foi indicado e incluído pelo Portal UOL como um dos cinco melhores na categoria Antropologia.

E por meio da revista eletrônica *Ponto Urbe* - ISSN 1981-3341, já na décima edição (<http://www.pontourbe.net/>), inauguramos um novo canal de discussão e divulgação mais sistemático e periódico da produção não apenas de seus membros – principalmente daqueles que já completaram sua formação e estão inseridos em diferentes universidades – mas também de pesquisadores de outros centros e áreas afins, interessados na abordagem antropológica do fenômeno urbano, sua dinâmica e suas instituições. O blog do NAU, agora incorporado no novo *site*, constituiu uma

ferramenta de comunicação mais ágil, permitindo o contato entre os membros de fora da cidade de São Paulo com os que se reúnem semanalmente e disponibiliza para ambos o calendário das atividades, idas a campo, reuniões e o resultado das discussões.

O NAU, hoje

Termino com uma nova referência, mais atualizada, sobre o NAU, em virtude das mudanças pelas quais passou nos últimos quatro anos, pela dimensão que acabou assumindo e pelo papel que segue cumprindo como espaço aglutinador de meus orientandos e, por isso mesmo, como estímulo para minha própria atividade na docência e pesquisa. Em sua reunião do dia 1º de dezembro de 2011, a Congregação da FFLCH da USP outorgou ao NAU o *status* de laboratório e a justificativa na solicitação enviada destacava:

Recentemente – desde 2002, para ser mais preciso – o Núcleo pode ser caracterizado como laboratório, pois realiza experimentos metodológicos (elaboração de categorias, instrumentos e técnicas de pesquisa e modelos de análise) a partir de temas e questões colocados principalmente pela dinâmica da metrópole paulistana, em sua diversidade e heterogeneidade, mas também pela dinâmica de núcleos urbanos de outras escalas e em outros contextos. (...) A contínua revisão das categorias – pedaço, mancha, trajeto, circuito, pórtico – amplamente utilizadas em trabalhos no âmbito do NAU e mesmo fora dele, para a diferenciação, classificação e análise da dinâmica urbana e suas formas de sociabilidade – é um exemplo de investimento na experimentação metodológica feito no Núcleo desde o começo das suas pesquisas.(Justificativa, 2011)

O núcleo atualmente abriga seis áreas temáticas com as respectivas equipes: Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência (GESD); Grupo de Estudos de Religiosidade na Metrópole (GERM); Nau Cidade (Grupo de estudos sobre cultura urbana); Grupo de Etnologia Urbana (GEU); Nau Migração (Grupo de Estudos sobre processos migratórios); Cyber Nau (Grupo de estudos sobre internet); Nau Consciência (Grupo de estudos sobre rituais e plantas psicoativas).

As três primeiras são as mais antigas: o GESD congrega também alunos de Letras e faz parte de um grupo mais amplo, com professores e alunos dos departamentos de Linguística e de Letras Modernas da FFLCH e seus membros têm aulas semanais de libras com um professor surdo. O GERM reúne pesquisadores e alunos voltados para várias manifestações de religiosidade mas sempre em relação com o espaço urbano; o

Nau Cidade inclui cultura urbana, lazer e práticas esportivas e, mais recentemente, “cultura de periferia”. A área de migração começou direcionada pelo fenômeno do retorno dos *dekasseguis* e logo ampliou seu interesse para outros segmentos da comunidade japonesa em São Paulo⁴. O GEU, voltado para estudos dos “índios urbanos” foi formado em função do programa PROCAD da CAPES que permitiu celebrar um convênio entre USP e a UFAM e abriu para o NAU um estimulante campo de reflexão e pesquisa na interseção dessas duas áreas, antropologia urbana e etnologia indígena.

Um *site*, uma revista eletrônica, a organização de um seminário de âmbito nacional (Graduação em Campo), um acervo e uma proposta editorial – a coleção “Antropologia Hoje” – constituem o arcabouço da agenda do Núcleo, com seus atuais 38 integrantes (graduandos, pós graduandos, pós doutorandos e pesquisadores associados); dispõe de sala própria e de uma bolsa de monitoria, fundamental para o gerenciamento de suas atividades. A rotina de trabalho para todos os grupos – coordenados por alunos de pós-doutorado, doutor ou doutorando – é semelhante: idas coletivas ou individuais a campo, elaboração compartilhamento dos relatos e por meio de reuniões ou do *site*; reuniões periódicas de discussão de textos teóricos. Cabe destacar que orientandos de outros professores da FFLCH (não só da Antropologia) e também de fora da USP participam dos diferentes grupos de pesquisa.

O NAU abriga, ainda, um acervo de 690 trabalhos finais de alunos de graduação que cursaram a disciplina “Pesquisa de campo em Antropologia”. Já fiz referência a isso mas cabe acrescentar que, em torno dele, acaba de ser constituída uma equipe encarregada de tratá-lo como documentação a ser conservada, classificada e disponibilizada como banco de dados para consulta e, finalmente, ser considerada como um objeto especial de estudo: afinal, traz informações sobre a cidade de São Paulo coligidas durante duas décadas, sob o foco da antropologia urbana e com o olhar de jovens pesquisadores em suas primeiras incursões pela etnografia; aí há também material para se avaliar o processo de ensino/aprendizado dessa metodologia. Um contato em andamento com o IEB (Instituto de Estudos Brasileiros, da USP) e sua seção especializada de arquivos vai permitir um tratamento adequado ao material.

Sobre o evento “Graduação em Campo-seminários de Antropologia Urbana”, agora de

⁴ O coordenador desse grupo, Alvaro Kanasiro, está atualmente no Japão, cursando mestrado na *Tokyo Metropolitan University*.

âmbito nacional – em 2012 fará dez anos – e sobre a revista *Ponto Urbe* também já fiz referência. Desde 2007 coordeno a coleção “Antropologia Hoje”, fruto de uma parceria entre o NAU e a Editora Terceiro Nome, com sete títulos já lançados, ampliando o alcance da produção antropológica realizada pelo núcleo e estabelecendo vínculos com outros centros por meio dos membros da Comissão Editorial dessa coleção: Ronaldo de Almeida (UNICAMP/CEBRAP), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar) e Renata Menezes (MN/UFRJ). O primeiro volume da coleção foi *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*, (2007) organizado por mim e pela aluna Bruna Mantese; os seguintes foram: *A Igreja Universal e seus demônios* (2009) de Ronaldo de Almeida; *Visão de Jogo: Antropologia das práticas esportivas* (2009), organizado por Luiz Henrique de Toledo e Carlos Eduardo Costa; *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo* (2009), Clara Mafra e Ronaldo de Almeida, organizadores; *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*, de Karina Biondi (2010); *Antropologia da Cidade: lugares, situações e movimentos*, de Michel Agier (2011); *Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*, de Marcelo Moura Mello (2012). No prelo: *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*, de José Guilherme Magnani; *Transnacionalização Religiosa*, de Carlos Steil, do PPGAS da UFRGS, (org.) e *Cultura, Percepção e Ambiente* também organizado por Carlos Steil, com textos de um simpósio sobre a obra de Tim Ingold.

No final de 2009, o NAU e o Museu do Futebol (ligado ao Governo do Estado e à Prefeitura de São Paulo) começaram a elaborar um projeto conjunto, com financiamento FINEP, com objetivo de realizar um amplo levantamento na cidade de São Paulo sobre esta prática esportiva, principalmente na periferia; o acervo resultante, reunido num Centro de Referência do Futebol Brasileiro, permitirá a realização de coleções, exposições e pesquisas. O convênio, cujas atividades começaram ainda nesse ano, foi firmado em 2011. Cabe assinalar que Daniela do Amaral Alfonsi e Clara Azevedo, que ocupam cargos de direção nesse Museu, foram integrantes do NAU até o ano de 2008. Todas essas atividades são animadas pelo mesmo espírito: abrir, principalmente para os alunos, a possibilidade de experimentar a Antropologia em seus vários campos e frentes de atuação e assim aumentar o horizonte de trocas e experiências.

E cada vez mais o NAU é solicitado a contribuir, com base em suas experiências de pesquisas urbanas, em iniciativas de outras instituições, como foi o caso da recente

solicitação da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), para a elaboração de “roteiros etnográficos” pela cidade de São Paulo a serem oferecidos aos participantes da sua reunião bi-anual “Desafios Antropológicos Contemporâneos” em julho de 2012.

Cabe uma menção especial ao projeto “Paisagens ameríndias: Habilidades, mobilidade e socialidade nos rios e cidades da Amazônia”, pela novidade que representa como tema de pesquisa e reflexão. É resultado de um convênio, como foi dito, entre os programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP e da UFAM, aprovado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES) em outubro de 2008, com vigência de 4 anos e dele participam, além de mim, Marta Rosa Amoroso (coordenadora), Márcio Silva e Manuela Carneiro da Cunha (USP); Gilton Mendes Santos (coordenador), Deise Lucy de Oliveira Montardo, Carlos Machado Dias Jr. e Maria Luiza Garnelo Pereira, da UFAM.

O eixo temático proposto pelos pesquisadores do NAU intitula-se “Tempo livre e lazer nas cidades amazônicas com ênfase nas populações indígenas”, cujo objetivo, segundo o projeto, é realizar “uma etnografia de formas de lazer e modalidades de uso do tempo livre nos espaços de socialidade da população indígena nas cidades da Amazônia como modo de abordagem inovadora dos processos de incorporação da vida urbana pelas populações nativas”. O desafio neste novo projeto é articular, a partir de um recorte etnográfico, duas tradições da antropologia brasileira, a etnologia indígena e a antropologia urbana, que seguem suas trajetórias na maioria das vezes, sem maiores contatos.

Este projeto encerra suas atividades com um encontro, em junho de 2012, entre os pesquisadores das duas instituições, UFAM e USP, para discutir os resultados do trabalho desenvolvido durante os quatro anos de vigência. Contudo, a partir de contatos estabelecidos durante a minha última estada em Manaus, por esse convênio, em abril de 2012, o NAU firmou uma participação desta vez com a UFAM e UEA (Universidade do Estado do Amazonas) no Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX/FAPEAM/CNPq) “Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional”, a convite do reitor da UEA, prof. José Aldemir de Oliveira (coordenador do projeto) e da prof. Tatiana Schor, do departamento de Geografia da UFAM. E por fim, a entrada do NAU no CEStA, Centro de Estudos Ameríndios (Programa de Apoio à Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP) vai permitir contato com interlocutores, de outros centros, departamentos e unidades da universidade, como o MAE (Museu de

Arqueologia e Etnologia), História, Matemática, entre outros.

Com relação a contatos internacionais, só mais recentemente os retomei – talvez postergados em função da minha estada forçada de sete anos no exterior – a convite de instituições como o CIES/ISCTE de Lisboa, o Colégio de Antropólogos de Chile, o CES da Universidade de Coimbra e a ESIA do Instituto Politécnico Nacional do México. Com relação aos primeiros, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresas, de Lisboa, recebi convite para proferir a conferência de abertura: “No meio da trama: a antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea” na “Primeira Conferência Internacional de jovens pesquisadores urbanos” ocorrida em 11/12 de junho de 2007.

Ainda em 2007, participei do “*VI Congreso Chileno de Antropología: Antropología aquí: miradas desde el sur*”, 13/17 de novembro, com a conferência “*Etnografía de (en) las ciudades contemporaneas: desafíos y perspectivas*”. No CES, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, participei do III Seminário da Rede Brasil/Portugal de Estudos Urbanos: “Cidades e novos léxicos urbanos”, com a palestra “(Re)leituras da Etnografia Urbana”, 16 a 18 de junho de 2008.

Usei o período de minha licença prêmio no primeiro semestre de 2011 para participar de um evento internacional, o V Seminário Internacional da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos em Coimbra, onde fiz a comunicação “Índios na cidade: circuitos e trajetos dos Sateré-Mawé na paisagem urbana manaura”. Aproveitei a viagem e, em Barcelona, dei a conferência “*São Paulo y Manaus: dos contextos de investigación en Antropología Urbana*” no programa *Màster oficial en Estudis Latinoamericans - Facultat de Filosofia i Lletres da Universitat Autònoma de Barcelona*. No segundo semestre de 2011, em Guadalajara, participei do *Coloquio Reinterpretaciones New Age de las tradiciones Sincréticas Latinoamericanas* com a palestra “*El chamanismo urbano en el contexto de la religiosidad brasileña contemporânea*”, que será publicado na coletânea juntamente com as demais *ponencias*.

IV – Conclusão

Retomando essa trajetória, registrada e analisada em minha recente tese de livre docência – “Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana em São Paulo” (2010) – percebe-se, não obstante a diversidade de recortes, a recorrência de alguns temas como tempo livre, lazer e sociabilidade, referidos a contextos empíricos bem determinados: periferia urbana, formas de religiosidade, segmento jovem, mundo surdo. Os objetos de estudos dos orientandos e os dos grupos de pesquisa do NAU são mais variados, ainda que em sua maioria girem basicamente em torno desses eixos. Uma constante, porém, marca presença em todos: a cidade.

Afinal, foi a observação das diferentes formas de inserção daquelas práticas, na paisagem urbana, que permitiu a elaboração das categorias *pedaço*, *mancha*, *trajeto*, *pórtico*, *circuito*. Não se tratava, porém, de qualquer cidade, mas de uma “mega” cidade, de escala metropolitana, verdadeiro laboratório para pesquisa, na linha do que assinalava já Robert Park, nos primeiros anos da Escola de Chicago:

Os mesmos métodos pacientes de observação empregados por antropólogos tais como Boas e Lowie, no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano, poderiam ser aplicados com mais proveito na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais de vida predominantes em Little Italy, baixo North Side de Chicago, ou no registro dos mais sofisticados folkways dos habitantes do Greenwich Village e dos arredores da Washington Square, em Nova York. (Park, Robert, 1925:1- 46).⁵

Em determinadas leituras, porém, e principalmente em observações do senso comum, em vez de se recorrer a “pacientes métodos de observação” costuma-se utilizar, na análise e avaliação das condições de vida urbanas, uma caracterização ligeira e uniforme, com base em variáveis mais facilmente reconhecidas como a desigualdade social, a violência urbana, a carência ou má distribuição dos serviços básicos: afinal, congestionamentos e deficiências do transporte público, muros e grades, enchentes e apagões interferem diretamente no cotidiano dos moradores. Para escapar a essa visão, que certamente não contribui para desvendar as lógicas da dinâmica urbana, é preciso encará-la em sua complexidade e com os instrumentos de análise adequados.

⁵ Park, Robert E. 1925 ‘The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment’, in Robert E. Park & Ernest W. Burgess (eds), *The City* (Chicago, IL: University of Chicago Press): 1–46.), tradução J.G.Magnani. Uma versão mais antiga desse texto – sem, porém, o trecho citado acima – apareceu em “The American Journal of Sociology”, Vol. 20, No. 5 (Mar., 1915), p. 577- 612.

Pois, mais que efeito da ação de algumas variáveis discretas, ou um mero cenário onde transcorre a ação social, a cidade é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos. Cabe à etnografia captar esse duplo movimento:

(...) o que se propõe é um olhar ‘de perto e de dentro’, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia. (Magnani, 2002:18)

Este olhar permitiu elaborar uma série de categorias que, apenas esboçadas nas primeiras incursões a campo, foram sendo testadas em cada nova situação. A primeira tentativa foi a transposição, da periferia em direção ao centro, de uma delas, *pedaço*, que lá permitira descrever uma forma de sociabilidade com base numa particular relação entre o espaço e os atores sociais envolvidos. No entanto percebeu-se que, diferentemente do contexto do bairro, onde o importante era ser conhecido por meio de laços de vizinhança, parentesco e coleguismo, pertencer a um *pedaço* no centro significava *reconhecer-se* como membro de uma teia de relações mais vasta e ser reconhecido por meio da exibição de símbolos compartilhados.

O mesmo sucedeu com as demais categorias que, ao desvelar novas formas de sociabilidade e usos do espaço nas pesquisas que se seguiram sobre outros temas como religiosidade, circuitos de jovens, estudo da comunidade surda – sempre na cidade de São Paulo – foram também objeto de reflexão e ajustes.

Por outro lado, essas categorias começaram também a ser vistas formando combinações, como nas etnografias descritas na coletânea por mim organizada, *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade* (2007): na pesquisa do lazer no bairro paulistano da Vila Olímpia os frequentadores faziam seus *trajetos* e constituíam *pedaços* no interior dessa *mancha*; já no caso dos jovens negros em seu

happy hour no centro da cidade, antes de sair para esta ou aquela balada *black*, os *trajetos* eram feitos entre *manchas*. Os pichadores, por sua vez, percorriam seus *trajetos* desde a “quebrada” na periferia em direção a um de seus *pedaços* na região central, como o localizado no Centro Cultural São Paulo. Entre os *straight edgers*, seus *pedaços* eram formados em diferentes *manchas*, uma na rua Augusta e outra tendo a estação do metrô Jabaquara como referência.

Na pesquisa sobre religiosidade foi possível observar pontos importantes do *circuito* neo-esotérico serem transformados por alguns dos frequentadores em seu *pedaço*; também chamou a atenção a estratégia de articular num mesmo *circuito*, o do xamanismo urbano, clínicas alternativas, consultórios e livrarias com sítios e chácaras nos arredores da cidade, para *workshops*, percorridos em diferentes *trajetos*. No caso dos surdos, uma das práticas era a de incorporar em seu *circuito* determinados espaços no interior de equipamentos urbanos de amplo acesso e circulação, como as praças de alimentação de alguns *shopping centers*, criando neles um *pedaço*, em certos horários e dias da semana.

Como se vê, essas categorias não se excluem e são justamente as passagens e articulações entre seus domínios que permitem levar em conta, no recorte da pesquisa, as escalas das cidades e os diferentes planos da análise. Elas constituem uma gramática que permite classificar e descrever a multiplicidade das escolhas e os ritmos da dinâmica urbana, não centrados na escolhas de indivíduos, mas em arranjos coletivos e recorrentes, em cujo interior se dão essas escolhas.

Esses são alguns exemplos de situações encontradas no trabalho de campo que permitiram outra perspectiva para o entendimento da dinâmica urbana, principalmente no contexto dos grandes centros, em contraposição à visão que enfatiza o caos urbano ou à imagem dos muros e enclaves fortificados. Diferentemente do que enfatiza Caldeira “A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação e de separação” (2000:211), minha escolha foi em outra direção: as regularidades e arranjos coletivos na constituição de oportunidades e espaços de trocas e encontros.

Esse plano da dinâmica urbana, contudo, só se manifesta àquele olhar que se posiciona “de perto e de dentro”, citado mais acima, expressão escolhida para denominar a postura etnográfica em uma das etapas da pesquisa. Em dois artigos retomo e amplio essa

discussão: “De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2002) e “Etnografia como prática e experiência” em *Horizontes Antropológicos* (2009).

E se a cidade ocupa tal lugar, central, no conjunto dessas experiências de pesquisa – minhas, de meus orientandos e alunos – logo surge a questão: trata-se de uma antropologia *da* ou *na* cidade? A resposta depende da interpretação dada a essa dicotomia que, como se sabe, está calcada no célebre aforismo de C. Geertz, “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias” (1978:32). Assim, “antropologia da cidade” se aplicaria tanto a abordagens que a tomam como uma forma específica de assentamento ou então, mais comumente, a estudos de suas partes constitutivas tais como a formação de periferias, a estrutura dos bairros e das regiões, a distribuição e uso dos equipamentos urbanos como praças, parques, etc.

Já a perspectiva “na cidade” abrangeria uma maior diversidade de práticas induzidas ou influenciadas por fatores tais como escala e heterogeneidade, entre outros, e que fazem dela um campo fértil para o recorte de temas de pesquisa tão variados como gênero, relações raciais, geracionais, religiosidade, rituais da política, modalidades de lazer e sociabilidade etc. Se fosse para precisar melhor a natureza dessa determinação, a cidade poderia ser classificada não tanto como uma “variável dependente” ou “independente”, mas “contextual” (Oliven, 1988). A manifestação pública de orientações sexuais ou de filiação religiosa, ou ainda as opções de lazer, de trabalho, circulação, da rede trocas, por exemplo, serão muito diferentes conforme se trate de uma pequena cidade interiorana, de uma metrópole, de uma cidade de fronteira, um porto fluvial, etc.

As pesquisas aqui referidas encaixam-se mais nesta linha, como antropologia *na* cidade; contudo, penso que não há porque manter ou acentuar tal dicotomia. Estudos mais identificados com essa perspectiva, aberta para a diversidade de práticas urbanas, podem contribuir para uma antropologia propriamente *da* cidade. Claro que não bastaria multiplicar ou sobrepor objetos e recortes empíricos de pesquisa; mas, articulados em temáticas mais gerais, permitiriam esclarecer mecanismos e lógicas de domínios mais abrangentes da dinâmica urbana. Abre-se aqui uma agenda estimulante de superação da excessiva fragmentação nesse campo e pode-se, ademais, avançar no entendimento da cidade em sua estrutura de base, a “forma-cidade”, em contraste com outras modalidades de assentamento humano como o acampamento e a aldeia, cuja escala e

organização são mais familiares aos antropólogos.

Em artigo publicado na *Revista de Antropologia*, “As cidades de Tristes Trópicos” (1999 c), na edição especial em comemoração aos 90 anos de Lévi-Strauss, explorei alguns aspectos de suas reflexões sobre a cidade de São Paulo, sobre o processo de urbanização do interior paulista e principalmente das novas cidades no norte do Paraná, na década de 1930. São instigantes as comparações que estabeleceu entre essas últimas, projetadas e construídas em clareiras recém-abertas na floresta, e as populosas cidades da Índia; e, mais longe ainda no tempo, com o que restou de Harappa e Mohenjo Daro – ruínas que testemunham o emprego de um mesmo padrão de distribuição espacial, em retícula, cá e lá:

Apraz-nos imaginar que no termo de 4 a 5 mil anos de história, um ciclo foi concluído; que a civilização urbana, industrial, burguesa, inaugurada pelas cidades do Indus, não diferia muito, na sua inspiração mais profunda, dessa que estava destinada, após uma longa involução na crisálida europeia, a atingir a plenitude do outro lado do Atlântico. Quando ainda era jovem, o mundo mais Antigo esboçava já o rosto do Novo. (Lévi-Strauss, ([1955] 1981:124)

Marília, Presidente Prudente, Londrina, Arapongas, Calcutá, Moenjo-Daro... até que ponto, e por quais motivos, realidades tão afastadas no tempo, tão diferentes em relação aos processos de sua formação histórica, poderiam ser agrupadas como elementos de um mesmo conjunto? E em relação a quais características o “mundo mais Antigo esboçava já o rosto do Novo?” Com certeza este é um plano, não das variações da ordem do contingente, mas de uma estrutura de longa duração, à qual se tem acesso pela identificação do que sugiro chamar de “forma-cidade”, mais duradoura. Estimulante desafio, que certamente implicará uma agenda com investimentos em outros campos de conhecimento e pesquisa como a história, arqueologia, arquitetura e urbanismo. Nessa perspectiva, “acampamento”, “aldeia” e “cidade” seriam tomados, não numa perspectiva cronológica (e menos ainda evolutiva), mas como tipo-ideais definidos por elementos estruturantes, identificados para produzir contrastes comparativos entre modos de vida, dinâmica espacial, organização social.

Uma possível linha de investigação seria pensar o caso de algumas modalidades da cidade contemporânea – as classificadas como “cidade global”, “cidade-mundo”, “mega-cidade” (Mongin: 2009). Diante desse quadro, Habermas (1992) pergunta-se se ainda se pode falar em *cidade* – aquela cujo protótipo tinha como base os burgos da Alta Idade Média descritos por Max Weber. Pois, segundo aquele autor, a vida urbana é cada vez mais mediatizada por “conexões sistêmicas não configuráveis” e “as

aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade ...” (op. cit.: passim, 123). Neste caso, teriam “passado do ponto”, crescido demais e desordenadamente até sua desfiguração diante do costumeiro paradigma de referência? Ou, ao contrário, não seria o caso de pensar que, em virtude mesmo de suas escalas e funções – e das práticas de seus moradores – inauguram novos arranjos a partir de uma mesma forma estrutural? Seria possível identificar, nelas, elementos daquelas três formas típico-ideais de assentamento em diferentes e inovadoras combinações?

Talvez o contato com as “cidades de índios” da Amazônia, possibilidade aberta com minha atual participação no projeto “Paisagens Ameríndias: habilidades, mobilidade e socialidade nos rios e cidades da Amazônia” e, agora, a pesquisa que se inicia em cidades da calha do rio Solimões, prevista no projeto “Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional” (PRONEX), possam trazer um contraponto inesperado e fecundo a este desafio. O mesmo se pode esperar de um intercâmbio com trabalhos recentes de arqueologia sobre formas de assentamento pré-históricas na Amazônia, cujos vestígios mostram a presença de uma escala de ocupação, de formas de produção e troca, e de modalidades de organização social que não se encaixam na tradicional visão de morfologia e rarefação populacional nas terras baixas.

Não se trata, é importante frisar, de uma mudança brusca de rumo – da antropologia urbana para etnologia indígena, para usar termos em voga. O desafio é estabelecer um ponto de intersecção entre essas duas tradições – desafio que se expressa na expressão “GEU” - Grupo de Etnologia Urbana, do NAU – escolhida justamente para designar essa possibilidade. Os contatos com a etnia Sateré-Mawé, de longa presença em contextos urbanos, já apontavam, quando de nossas primeiras incursões a campo em Manaus, para uma particular forma de circulação entre aldeias das terras indígenas do baixo Amazonas (de onde são originários) e comunidades urbanas em Parintins, Barreirinha, Iranduba, além de Manaus. Esse seu *circuito ampliado* permite rediscutir as clássicas distinções entre cidade / floresta/ rio – na linha da análise que o antropólogo Tim Ingold introduz por intermédio de conceitos de *dwelling*, *wayfinding*, *wayfaring* etc. (2005;2007).

Esta experiência, em comparação com pesquisas já feitas e em andamento sobre São Paulo, podem trazer elementos de interesse para ambos os campos de estudo. Assim, ao concluir, o presente memorial termina abrindo novos horizontes: antigas questões, em novos contextos, que ampliam espaços de reflexão, pesquisa e ensino.

V - BIBLIOGRAFIA CITADA

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações e movimentos*, São Paulo, Ed. Terceiro Nome/NAU, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/NAU 2009.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/NAU, 2010.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio: Zahar, 1978.

HABERMAS, Jurgen. “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HARNECKER, Marta. *Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico*. México: Siglo Veintiuno, 1971, 6ª edición.

INGOLD, Tim. *The perception of th environment – Essays in livelihood, dwelling and skill*. London & New York, Routledge, 2005

INGOLD, Tim. *Lines - a brief history*. London & New York , Routledge, 2007

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*, Lisboa/São Paulo: Ed. 70/Martins Fontes, [1955]1981.

MAFRA, Clara & ALMEIDA, Ronaldo. *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo* . São Paulo: Ed. Terceiro Nome/NAU, 2009.

MAGNANI, J. Guilherme C. (org.) “Casarão do Chá de Mogi das Cruzes”. São Paulo: *Secretaria de Estado da Cultura /CONDEPHAAT* 1984.

MAGNANI, J. Guilherme C. (org.) “Fazenda Capão Alto”. In *Cadernos do Patrimônio*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Série Estudos, nº 1, 1985.

MAGNANI, J. Guilherme C. (org.) “A Represa e os Colonos”. In *Cadernos do Patrimônio*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Série Estudos, nº 2, 1986.

- MAGNANI, J. Guilherme C. *Umbanda*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “Da periferia ao centro: pedaços & trajetos” In: *Revista de Antropologia*, vol. 35, ano 1992.
- MAGNANI, J. Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984; 3ª edição, Ed. Hucitec, 1998.
- MAGNANI, J. Guilherme C. *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1999a.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “As cidades de Tristes Trópicos” in *Revista de Antropologia*, São Paulo: FFLCH/USP, vol 42. n.1/2, 1999b.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “O xamanismo urbano e a religiosidade contemporânea”. In: *Religião & Sociedade*, v. 20, nº2, 1999c.
- MAGNANI, J. Guilherme C. *O Brasil da Nova Era*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, vol 17 Nº 49, 2002.
- MAGNANI, J. Guilherme C. (org). *Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo/ Instituto Florestan Fernandes, 2004.
- MAGNANI, J. Guilherme C. & MANTESE, Bruna. *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/NAU, 2007a.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano”. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário de S., SANTOS, Myrian S. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/MINc, 2007b.
- MAGNANI, J. Guilherme C. “Vai ter música? para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo”. In: *PONTOURBE - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*. Ano 1, v.1, n.1. 2007c. <http://www.n-a-u.org/pontourbe/>
- MAGNANI, J. Guilherme C. & TORRES, Lilian. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/FAPESP, [1996] 2008.

MAGNANI, J. Guilherme C. “Etnografia como prática e experiência” in *Horizontes Antropológicos* vol.15. n.32, jul./dez. de 2009.

MAGNANI, J. Guilherme C. “Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana em São Paulo”. *Tese de Livre-docência*, FFLCH/DA/USP, 2010

MAGNANI, J. Guilherme C. “Justificativa para a criação do Laboratório do NAU”. São Paulo: *NAU/DA/FFLCH*, 2011

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*, de São Paulo, Ed. Terceiro Nome/NAU, 2012.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Est. Liberdade, [2005] 2009

OLIVEN, Rubem George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PARK, Robert E. ‘The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment’, in PARK, Robert E. & BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1925.

TOLEDO, Luiz Henrique & COSTA, Carlos Eduardo. *Visão de Jogo: Antropologia das práticas esportivas*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/NAU, 2009.